

Por uma governança urbana ancorada na experiência: ambientes de vida e práticas do comum em Florianópolis

André Manoel (manoel130596@gmail.com)
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis-SC, Brasil

Carolina Andion (andion.esag@gmail.com)
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis-SC, Brasil

Resumo simples

Este artigo analisa a configuração da governança urbana de Florianópolis a partir da experiência vivida nos territórios e das interações entre ambientes de vida e instituições. A pesquisa busca avançar nos estudos sobre governança urbana, integrando a perspectiva do cotidiano, das ecologias políticas locais e da construção do comum. Adota uma abordagem qualitativa e pragmatista, utilizando o quadro da Etnografia de Arenas Públicas. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa documental e observação participante em espaços institucionais e em duas comunidades da cidade. Os resultados revelam uma trajetória de participação marcada tanto por momentos oficiais quanto por processos informais conduzidos por diferentes projetos de cidade. Identificaram-se dois blocos principais de atores e uma exclusão persistente de segmentos relevantes da ecologia política local. A pesquisa destaca, ainda, o papel central dos ambientes de vida como espaços de politização e construção de alternativas, valorizando práticas culturais, artísticas e religiosas frequentemente marginalizadas. Conclui-se que essas práticas — muitas vezes insurgentes — são fundamentais para fortalecer uma governança urbana democrática e inovadora, evidenciando a necessidade de uma abordagem centrada na experiência e no comum como caminhos para repensar as políticas públicas em contexto urbano.

Resumo expandido

Os estudos sobre governança urbana enfocam o processo de redefinição das formas de governar a cidade ao longo das décadas, tanto em direções mais participativas e democratizantes quanto em direções de cunho gerencialista e neoliberal (Machado, Almeida & Kauchakje, 2024; Silva & Procopiuck, 2019). Essas pesquisas abordam, sobretudo, a ampliação da diversidade de atores envolvidos nas respostas aos problemas urbanos e as distintas formas de coordenação mútua que se estabelecem (Pierre, 2016). No Brasil, esse campo de estudos passou por uma expansão a partir dos anos 2000, acompanhada de uma diversificação de abordagens, que vão desde perspectivas funcionalistas e gerenciais até outras de caráter crítico ou participativo.

Apesar da diversidade de perspectivas existente, predomina um foco nos mecanismos institucionais e/ou um olhar estrutural para a governança urbana, carecendo de um enfoque voltado à experiência urbana, à diversidade das ecologias políticas e ao cotidiano (Manoel; Valle; Andion, 2024). Além disso, falta um diálogo mais profundo e uma contribuição mais significativa do campo da Administração Pública e das Políticas Públicas (Andion & Chimenti, 2024; Machado, Almeida & Kauchakje, 2024;

Manoel, Valle & Andion, 2024). O presente artigo propõe-se, então, a valorizar a contribuição do Campo de Públicas a partir de um enfoque inovador para a governança urbana, que lança um olhar ao campo da experiência (Manoel, Valle & Andion, 2024), argumentando que aquela está ancorada nos ambientes de vida (Cefai, Berger, Carlier & Gaudin, 2024), os quais se constituem como espaços de construção do comum (Aguiton, 2019; Dardot & Laval, 2017; Federici, 2022; Foster & Iaione, 2022).

Diante disso, o artigo tem como objetivo analisar a configuração da governança urbana de Florianópolis, com foco nos ambientes de vida e nos mundos sociais constituídos nos territórios e em suas interações com a dimensão institucional. O texto apresenta um recorte analítico dos resultados de uma pesquisa de tese de doutorado em andamento, procurando contribuir para o avanço dos estudos sobre governança urbana, ao incorporar a perspectiva da experiência vivida, das ecologias políticas locais e da construção do comum.

A pesquisa, qualitativa e de postura pragmatista, utiliza o quadro da Etnografia de Arenas Públicas (Andion, 2023), especialmente os momentos que analisam as cenas de ajustamento recíproco, a trajetória da arena pública e o acompanhamento dos públicos e de suas experiências de vida. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental (atas, mídias, audiências públicas) e de observação participante (reuniões públicas, ações de pesquisa-extensão e observação participante em duas comunidades).

Foi identificada uma trajetória composta por momentos oficiais, como sessões na Câmara Municipal, reuniões do Conselho da Cidade e audiências públicas. Paralelamente, ocorreram processos conduzidos por diferentes projetos de cidade, importantes para construir entendimentos e formular estratégias. Após a aprovação do Plano, emergiram dois movimentos opostos: de um lado, a rápida implementação do Plano pela Prefeitura e pelo mercado imobiliário; de outro, a resistência popular, com judicializações, mobilizações nos distritos e parcerias com universidades públicas.

Além da trajetória, foi possível identificar os atores participantes do processo, que se organizaram em duas alianças principais: uma liderada pelo mercado imobiliário e por setores de comércio e turismo, com apoio da alta gestão municipal, de vereadores da base do governo e da mídia tradicional; outra composta por coletivos comunitários, ambientalistas e redes de articulação, com apoio de vereadores da oposição. Esses atores lideraram o debate público, construíram proposições e alternativas, participaram das audiências públicas, interpelaram a Câmara Municipal e estão representados no Conselho da Cidade. Embora esses atores protagonizem o processo, muitos outros, com potencial de contribuição, permaneceram à margem dos espaços de participação.

Em relação aos ambientes de vida, a pesquisa revela como a dimensão institucional se articula — ou não — com o espaço banal, o território (Santos, 2014), com o cotidiano urbano vivenciado em duas comunidades da cidade: a Barra do Sul, especialmente a comunidade da Caieira da Barra do Sul, e a Bacia do Rio Itacorubi, na região central da cidade. Foi possível identificar que o cotidiano, muitas vezes associado à alienação e à reprodução, pode ser fonte de politização das questões urbanas e de invenção de espaços de articulação e construção de um projeto comum de bairro e de comunidade. Outro elemento identificado trata da importância de expressões de vida geralmente desconsideradas na governança urbana – como as culturais, artísticas e religiosas – para a construção do comum. Nesses espaços da vida cotidiana — mesmo desconsiderados — os cidadãos constroem um entendimento comum, produzem conhecimento, articulam representações e avançam em outros níveis de governança, construindo alianças com outros territórios, participando de conselhos ou interpelando as instituições públicas.

A exclusão e os entraves institucionais, como a realização de audiências apenas sob força de ordem judicial, limitaram a construção de uma governança mais democrática. A pesquisa também revelou a importância dos “bastidores” ou da “cozinha” dos processos participativos, onde se produz uma inteligência coletiva e criativa a respeito dos problemas urbanos e das possibilidades de solução. Contudo, esses espaços são frequentemente ignorados pelo poder público, fragilizando a democracia. Ainda que não hegemônicas, as práticas elaboradas nesses bastidores e nos ambientes da vida cotidiana constituem uma fábrica coletiva e situada que prefigura alternativas de futuro (Van Neste; Audet; Larrue; Melé, 2024), inclusive ao domínio neoliberal (Dardot; Laval, 2017).

Conclui-se que essas práticas — muitas vezes de caráter insurgente (Miraftab, 2016; Pereira, 2023) — não apenas são fundamentais para garantir uma governança democrática e inovadora, como também revelam a necessidade de reorientar os estudos e práticas de governança urbana para uma abordagem centrada na experiência (Manoel; Valle; Andion, 2024), nos ambientes de vida (Cefaï, Berger, Carlier & Gaudin, 2024) e nas dinâmicas do comum (Aguiton, 2019; Dardot & Laval, 2017; Federici, 2022; Foster & Iaione, 2022). Destaca-se também a importância de uma abordagem da governança urbana que parta das interações socioestatais e de uma compreensão histórica e experimentalista da sociedade civil (Andion, 2025). Por fim, ressalta-se a importância de mobilizar os estudos sobre o comum no campo de públicas de forma mais ampla, como chave analítica e prática, para contribuir com o processo de construção de alternativas ao neoliberalismo nesse campo profissional e do conhecimento.

Referências

AGUITON, C. Os bens comuns. In: SOLÓN, P. (Org.). Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019.

ANDION, C. Social Innovation, Experimentalism, and Public Governance: An Ethnographical Approach to Study Public Arenas in the City. *Brazilian Administration Review*, v. 20, n. 2, 2023.

ANDION, C. In search of a positive, historical and experimentalist definition of civil society. In: BASSI, A.; ALVES, M. A.; CORDERY, C. (Eds.). *The Future of Third Sector Research: From Theory to Definitions, Classifications and Aggregation Towards New Research Paths*. Cham, Switzerland: Springer, 2025. p. 71-84.

ANDION, C.; CHIMENTI, P. The Contribution of Administration to Thinking and Acting on Cities. *Journal of Contemporary Administration*, v. 28, n. 3, e240164, 2024.

CEFAÏ, D.; BERGER, M.; CARLIER, L.; GAUDIN, O. *Écologie humaine: une science sociale des milieux de vie*. Paris: Créaphis Éditions, 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FEDERICI, S. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. São Paulo: Elefante, 2022.

FOSTER, S. R.; IAIONE, C. *Co-cities: Innovative transitions toward just and self-sustaining communities*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2022.

MACHADO, J. T.; ALMEIDA, P. S.; KAUCHAKJE, S. Governança urbana e sua articulação com o termo gestão urbana: uma análise bibliométrica. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 13, n. 1, p. 219, 2024.

MANOEL, A. A.; VALLE, M. L. L. D.; ANDION, C. Compreendendo a territorialidade da governança urbana: a rede, os laços e as teias em Florianópolis. *Desenvolvimento em Questão*, v. 22, n. 61, p. 1–28, 2024.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 3, p. 363, 2016.

PEREIRA, E. M. Da Participação às Práticas Espaciais Insurgentes entre espaços convidados e espaços inventados. In: PEREIRA, E. M. (Org.). *Da participação à insurgência: práticas emergentes na construção da cidade*. Florianópolis: Editora Insular, 2023.

PIERRE, J. Urban and regional governance. In: ANSELL, C.; TORFING, J. (Eds.). *Handbook on Theories of Governance*. Cheltenham; Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016.

SANTOS, M. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2014.

SILVA, M. V. G.; PROCOPIUCK, M. A produção científica sobre gestão urbana: análise bibliométrica de 2010 a 2017. *EURE*, v. 45, n. 136, p. 279–293, 2019.

VAN NESTE, S.; AUDET, R.; LARRUE, C.; MELÉ, P. Des expérimentations dans les milieux de vie. In: VAN NESTE, S.; MELÉ, P.; LARRUE, C. Transitions socioécologiques et milieux de vie: Entre expérimentation, politisation et institutionnalisation. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal/CAPED – Collectif de recherche Action Politique et Démocratie, 2024.